

ATA DA CENTÉSIMA VIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 14-12-2017.

Aos quatorze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassiá Carpes, Dr. Goulart, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Mendes Ribeiro, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga e Sofia Cavedon. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, Cassio Trogildo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, Gilson Padeiro, Idenir Cecchim, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Ricardo Gomes, Roberto Robaina, Rodrigo Maroni, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein. A seguir, foi iniciado o período de COMUNICAÇÕES, hoje destinado a debater o tema “Sistema Funerário Municipal, regulação do serviço funerário, central de atendimento e demais serviços funerários oferecidos em Porto Alegre”. Compuseram a Mesa João Carlos Nedel e Dr. Thiago, presidindo os trabalhos, Paulo Valentim Sandanha Fernandez, Presidente da Comissão Municipal de Serviços Funerários da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, e Carlos Alberto Graff, Presidente do Sindicato dos Estabelecimentos Funerários do Estado do Rio Grande do Sul. Em continuidade, o Presidente concedeu a palavra, nos termos do artigo 180, § 4º, incisos I e II, a Paulo Valentim Sandanha Fernandez e a Carlos Alberto Graff. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Adeli Sell, Dr. Goulart e Valter Nagelstein. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e oito minutos às quinze horas e dez minutos. Após, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Cassio Trogildo, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente Sessão. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª Sessão, o Projeto de Lei do Legislativo nº 313/17 e o Projeto de Lei do Executivo nº 026/17, este discutido por Aldacir Oliboni; em 2ª Sessão, o Projeto de Lei do Legislativo nº 305/17. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Roberto Robaina, Sofia Cavedon, Fernanda Melchionna e Dr. Thiago. Durante a Sessão, foi registrada a presença de Luiz Carlos Heinze, deputado federal. Às quinze horas e quarenta e nove minutos, constatada a inexistência de quórum, em verificação solicitada por Ricardo Gomes, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por João Carlos Nedel, Dr. Thiago, Cassio Trogildo, Valter Nagelstein e Mauro Pinheiro e secretariados por Mauro Pinheiro. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje, este período é destinado a tratar do assunto Sistema Funerário Municipal, regulação do serviço funerário, Central de Atendimento e demais serviços oferecidos em Porto Alegre, trazido pelo Sr. Paulo Valentim Saldanha Fernandez, Presidente da Comissão Municipal de Serviços Funerários da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Convidamos para compor a Mesa o Sr. Paulo Valentim Saldanha Fernandez, Presidente da Comissão Municipal de Serviços Funerários da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, e o Sr. Carlos Alberto Graff, Presidente do Sindicato Estadual dos Estabelecimentos Funerários do Estado Rio Grande do Sul Carlos. Sejam bem-vindos.

O Sr. Paulo Valentim Saldanha Fernandez está com a palavra.

O SR. PAULO VALENTIM SALDANHA FERNANDEZ: Boa tarde a todos. Eu queria agradecer o convite desta Casa para apresentarmos o Sistema Funerário do Município de Porto Alegre, que é um exemplo de sucesso e que atende plenamente as necessidades do Município.

Primeiramente, a legislação funerária do Município estabeleceu, na Lei nº 373, o que o serviço deve fazer e o que são as regras para as empresas funerárias e os prestadores de serviços funerários desempenharem no Município; criou a figura da Comissão de Serviços Funerários, que é o órgão fiscalizado. A Lei nº 843, então, criou um sistema que envolve os prestadores de serviço funerário, a Central de Atendimento Funerário, também a Comissão de Serviços Funerários, que é o órgão fiscalizador, e todos os demais elos que fazem parte do sistema. O Decreto nº 12.657 criou a Central de Equipamento Funerário, que é o equipamento que faz esse controle.

Basicamente, como eu disse, o sistema é composto pelas funerárias permissionárias, cemitérios locais, estabelecimentos de saúde com internação, a Comissão de Serviços Funerários, que é o órgão fiscalizador, e a Central de Equipamento Funerário de Porto Alegre. Bom, a comissão de serviços funerários é composta por uma parte pública e outra privada. Dentro do Município, então, temos representantes da saúde, do meio ambiente e da antiga FASC, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social; da parte privada, temos representantes das funerárias, sindicato dos serviços funerários, da Associação Sul Brasileira de Cemitérios – Asbrace e do Sindicato dos Hospitais e Clínicas de Porto Alegre – Sindihospa, representando os hospitais e clínicas de Porto Alegre. Os números do sistema, só para terem uma ideia do tamanho da atividade: média dos últimos seis anos, de 2012 a 2017, óbitos que passaram pela Central de Atendimento Funerário de Porto Alegre, aproximadamente 20 mil óbitos por ano, em torno de 1.600 óbitos por mês. Sepultamentos e cremações em Porto Alegre: em torno de 10 mil sepultamentos, sendo que temos uma divisão entre sepultamento e cremação: 92% foi sepultamento, 8% cremação. Dos serviços de

sepultamento e cremação que foram fora de Porto Alegre, tivemos 83% de sepultamento e 17% de cremação. O sepultamento gratuito municipal, o qual depois vou explicar melhor, teve uma média de 700 serviços ao ano, em torno de 60 sepultamentos por mês. Os sepultamentos do DML – corpos não reclamados – foi em torno de 130 ao ano, aproximadamente 11 serviços ao mês. Com relação aos serviços funerários que passaram pela Central de Atendimento Funerário ao longo desses seis anos, tivemos em torno de 17 mil serviços, com uma média mensal de 1.400, ou seja, 61% dos serviços ficam em Porto Alegre, 39% são feitos por empresas de outros Municípios. Nossa estrutura de funerárias permissionárias: 23 funerárias em Porto Alegre e 11 empresas de outras regiões; funerárias cadastradas na Central de Atendimento Funerário: mais de 2.500 empresas, nacionais e estrangeiras; cemitérios: 20, sendo que três são municipais; crematórios: dois, sendo que um está em construção, acho que será inaugurado no ano que vem. Sobre estabelecimentos de saúde com internação, em Porto Alegre, contamos hoje com 25 hospitais e quatro unidades de prontos atendimentos. Cartórios: temos seis zonais, dois distritais e um plantão de cartório que funciona na Central de Atendimento Funerário.

Essa é a Central de Atendimento Funerário de Porto Alegre, que funciona 24 horas por dia, na Santana, e é toda mantida pelas empresas funerárias de Porto Alegre. Bom, essa estrutura que a Central dispõe são instalações climatizadas: sala de espera, sala de serviço social, secretaria, almoxarifado, enfim, toda a estrutura necessária para acolher o familiar enlutado. Há também uma equipe que é composta por um gerente, quatro chefes de plantão, duas assistentes sociais, nove atendentes, quatro agentes funerários, um assistente financeiro e um auxiliar de limpeza. Ou seja, esse suporte de atendimento normal funciona com um chefe de plantão e dois atendentes todos os dias. O serviço social conta com duas equipes, cada uma com um assistente social e dois agentes funerários; conta também com veículo próprio para fazer o sepultamento gratuito municipal. Temos também um plantão de cartórios que funciona na Central em regime de rodízio, ou seja, quando os demais cartórios da Cidade se encontram fechado, o cartório da Central funciona em regime de plantão. Existe também a disponibilidade de um *site* da Central, com todas as informações necessárias para o familiar que estiver enlutado ou para qualquer outra informação com relação aos prestadores de serviços, documentos necessários para fazer registro de óbito, os cartórios, localizações, a descrição dos tipos de serviços oferecidos, como o serviço tabelado do Município, o padronizado ou o serviço gratuito. Todas as informações e a legislação estão colocadas nesse *site* disponível para a população.

Bom, a Central de Atendimento Funerário tem algumas funções específicas: ela organiza todo o sistema funerário de Porto Alegre; atende e presta informações a todas as famílias enlutadas; proporciona naquele local a livre escolha da empresa ou do prestador do serviço, na medida em que Porto Alegre, esse direito é garantido; informa sobre a existência do Serviço Padronizado Municipal, que é o tabelado; procede atendimento às famílias carentes, fornecendo o sepultamento gratuito municipal; emite a GALSC, que é a Guia de Autorização para Liberação e Sepultamento de Corpo, que é um documento de controle, assim como a GAT-C e a GAT-RM, que são guias para

translado de corpos para fora do Município; mantém banco de dados; emite relatórios mensais, que são usados para fiscalização e controle; presta atendimento ininterrupto 24 horas e executa tarefas afins.

Esta é a GALSC, um documento de controle do sistema funerário. São cinco vias, a primeira via fica com o prestador de serviço funerário; a segunda, com o hospital; a terceira, com o familiar; a quarta, com a comissão de serviços funerários, para controle; e a quinta, então, fica com o serviço de saúde para liberação. Esse é um questionário que nós utilizamos para verificar no momento do atendimento do familiar na central, se existem reclamações ou sugestões que possam ser aproveitadas. Em média a Comissão Municipal de Serviços Funerários recolhe em torno de 1.300 questionários por mês, e sobre eles é verificado se existe algum indício, se a coisa está funcionando ou se há alguma ação fiscalizatória para ser feita. Basicamente o fluxo do Sistema Funerário do Município de Porto Alegre começa com a declaração de óbito fornecida pelo DML ou pelos estabelecimentos de saúde. De posse da declaração de óbito, que é colocada dentro de um envelope informativo, esse envelope vou mostrar mais adiante, o familiar, então, vai optar pelo serviço pago ou pelo serviço gratuito. Se escolher o serviço gratuito, ele vai então se submeter a uma avaliação do serviço social da central, e, se optar pelo serviço pago, ele vai, em princípio, contratar uma empresa funerária, e poderá optar pelo serviço tabelado, ou pelo serviço não tabelado. Dessa fase então já há possibilidade de registro do óbito no cartório, com a certidão de óbito em mãos. Então, o familiar e a funerária comparecem à Central de Atendimento Funerário, e lá é emitida a GALSC, que permitirá a liberação do corpo no local de onde ele se encontra, e as demais vias para o serviço funerário, para o sepultamento ou para cremação. Este é um envelope informativo, onde é colocada a declaração de óbito aqui no Município de Porto Alegre. Foi um passo importante, uma construção com todos os entes envolvidos e que ajuda muito o familiar num momento em que ele está confuso, no momento da vivência do luto, e este envelope, este instrumento orienta o passo a passo do que ele deve fazer. Ali estão os documentos necessários para o registro no cartório, orientações sobre o sepultamento gratuito, sobre o serviço tabelado da Prefeitura, a localização da Central, telefones, enfim, todas as informações de que o familiar poderá fazer uso neste momento. Em cada local onde podem ocorrer óbitos, nós temos a relação das empresas permissionárias do Estado, nos hospitais, no DML, e, como vocês podem ver, existe um quadro com a relação dessas permissionárias de maneira a facilitar o usuário, assim que receber a declaração de óbito, poder escolher a empresa que desejar. O sepultamento gratuito municipal inclui o transporte do corpo, a urna, um tempo de despedida para a família e o sepultamento em critério conveniado. Esse serviço é realizado pela Central, ele é custeado totalmente pelas empresas permissionárias de Porto Alegre, fica restrito, claro, ao âmbito do Município de Porto Alegre, e atende aos critérios estabelecidos pela Fundação de Assistência Social, no caso hoje, Secretaria de Desenvolvimento Social. Basicamente existem dois critérios que precisam ser atendidos para se conceder o benefício: comprovação de que o falecido residia em Porto Alegre; comprovação de renda da família ou do responsável pelo encaminhamento não superior a dois salários mínimos. As famílias interessadas no benefício devem procurar primeiramente o

serviço social da Central e lá fazer a avaliação social, apresentando esses documentos: a declaração de óbito, a comprovação de renda do responsável, a comprovação de residência do falecido e os documentos de identificação de ambos.

O atendimento aos familiares é 24h e a avaliação social e o encaminhamento é feito todos os dias, das 8h ao meio-dia e das 13h às 16h30min. Se o familiar desejar vestir o corpo do seu ente querido e o corpo apresentar condições, isso será feito pela equipe do serviço social da central. Caso contrário, será fornecido um manto branco que será colocado sobre o corpo. Também é disponibilizada a capela para a despedida da família, por um período de 30 minutos, tanto no Cemitério São João, que é municipal, quanto no Cemitério da Santa Casa. Essa é a estrutura do sepultamento gratuito municipal, as urnas utilizadas são de qualidade e o veículo utilizado para fazer o sepultamento do carente.

Os cemitérios utilizados para o sepultamento gratuito municipal: o Cemitério da Santa Casa, o campo santo, e o Cemitério São João, ambos com suas capelas para esse evento.

Bom, o serviço padronizado municipal, ou o serviço tabelado da Prefeitura é com preços tabelados, e essa disponibilização é obrigatória em todas as empresas permissionárias da Capital. Basicamente, são dois tipos de serviço, um chamado padrão 1, que é simples, e o padrão 2 especial. A única diferença de um para o outro é que um tem o visor e o outro não, mas os dois são de madeira de qualidade e envolvem outros serviços como: vestir o corpo, caso sejam dadas as roupas, a higienização, o transporte. Então, todas essas atividades mais simples estão previstas no serviço funerário dentro desse serviço tabelado do Município.

Bom, no serviço tabelado existe uma tabela de preços que é reajustada uma vez ao ano e é afixada em todas as empresas funerárias de Porto Alegre, inclusive, na Central de Atendimento Funerário, para que o usuário possa ter contato e escolher, se for o caso, se desejar. Esse é o material utilizado no sepultamento padronizado ou tabelado, ou seja, os tipos de urna empregados, adulto e infantil. E, basicamente, sobre o sistema funerário era isso. Quero dizer também que o sistema funerário não só se envolve com a questão do serviço funerário propriamente dito, mas desde o ano passado vem auxiliando a Secretaria Municipal da Saúde no serviço de remoções, que chamam o 0800 do Município em casos de falecimentos que ocorrem em residências aqui no Município de Porto Alegre, para que possam receber a declaração de óbito no hospital, no caso, ultimamente tem sido o Vila Nova. O que eu tinha para esclarecer sobre o sistema é isso. Estamos à disposição. Esses são os nossos contatos e estou à disposição para qualquer pergunta.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): O Sr. Carlos Alberto Graff está com a palavra.

O SR. CARLOS ALBERTO GRAFF: Gostaria de cumprimentar todos os presentes nesta Casa, desejando uma boa tarde. Também quero cumprimentar todos os nobres Vereadores aqui presentes, na pessoa do Ver. João Carlos Nedel que está presidindo, no momento, esta Sessão. Também gostaria de fazer uma saudação ao Dr. Zélio Benz de Oliveira, ex-Presidente do Sindicato dos Serviços Funerários de Porto Alegre; Dr. Paulo Anselmo Coelho, aqui presente; ao Sr. Gerci Peroni, Presidente da Associação Sul-brasileira de Cemitérios de Porto Alegre; também quero cumprimentar o Sr. Antonio Azzi, Presidente da Associação dos Serviços das Funerárias de Porto Alegre e também apresentar e cumprimentar o Sr. Valdir Gomes Machado, futuro Presidente do Sindicato dos Serviços Funerários do Estado do Rio Grande do Sul. Como já foi dito aqui, somos gestores do Sindicato dos Serviços Funerários do Estado do Rio Grande do Sul, numa abrangência de em torno de 700 empresas funerárias do Estado, e também gestores do serviço funerário de Porto Alegre. Apresentamos como uma referência para todo o nosso País o serviço funerário de Porto Alegre, porque já inúmeras vezes fomos procurados para apresentar este sistema em várias Capitais do nosso Brasil. Hoje, apresentamos para a comunidade e a sociedade de Porto Alegre o sistema funerário, que, talvez, para muitos seja desconhecido, mas que, dentro da nossa atividade social, temos certeza de que fazemos e exercemos esta função da melhor maneira e com a melhor lisura possível.

Somos uma entidade que representa uma classe de empresários e de empreendedores, e eu parabeno a cidade de Porto Alegre por ter tais representantes aqui no Município.

Deixo aqui o meu agradecimento e os meus votos de sucesso. Obrigado, Ver. Nedel, pela oportunidade. Somos gratos também ao Presidente desta Casa, o Sr. Cassio Trogildo, e ao Vice-Presidente, Ver. Valter Nagelstein. O nosso carinho a todos. Muito obrigado pela atenção. Esclarecemos que estamos procurando, de todas as formas, estar junto com o Município e com a comunidade de Porto Alegre. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): Obrigado, Presidente Carlos Graff. O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Comunicações.

O SR. ADELI SELL: Caríssimo João Carlos Nedel, Presidente dos trabalhos; Caríssimo Paulo Valentin Saldanha Fernandes, Digno servidor público municipal com quem tive oportunidade de trabalhar; Caríssimo Carlos Graff, que aqui representa o Sindicato dos Estabelecimentos Funerários, servidoras, servidores de Porto Alegre, cá estamos nós. Momento importante, Paulo, o de poder recebê-los aqui. Fico feliz que aquilo que há anos se discutia, o gravíssimo problema do sistema que não funcionava, que não tinha um regramento, e esta Câmara de Vereadores muito discutiu. E eu me lembro, na época, Graff, Executivo, Legislativo, a sociedade civil organizada pelo sindicato, prestadores de serviço, conseguimos chegar a uma legislação importante.

E agora é muito importante, Paulo, depois dessa explanação, que a Câmara toda tem uma visão do que é o sistema municipal, que nós possamos, Ver. Dr. Thiago, que é servidor, inclusive, do Estado, em uma área que tem muito a ver com o sistema funerário; conhece, portanto, o assunto, nós tenhamos inclusive melhor divulgação. Eu estive observando, talvez uma falha minha, não está muito claro isso no *site* da Prefeitura verificando-se onde é o serviço. Talvez isso fosse uma tarefa para agora, já que o *site* da Prefeitura está sendo remodelado, que as coisas fossem mais fáceis de serem encontradas. Hoje em dia as pessoas precisam ter essa facilidade. E eu acho que já deveríamos sair acertados para que no início do ano que vem, fevereiro ou março, pudéssemos ter uma retomada, seja numa Tribuna Popular pelo sindicato, ou numa quinta temática, voltar a debater esse tema. Porque uma das coisas mais graves para as pessoas é o momento em que morre um parente. Essa madrugada morreu em um acidente o filho de um grande amigo meu. O drama. Lá no IML, tem liberação, não tem liberação. É claro que eu tive que mostrar que, quando tem um acidente, um acidente grave, de moto, envolvendo terceiros, é um problema, teria que ter um trâmite. Quem perde alguém da sua família não quer saber de trâmites. Mas se ele foi alertado com muita antecedência, é importante que a gente faça esse debate aqui, porque as coisas se tornam mais fáceis, se tornam mais humanas nesse momento de dificuldade. Então eu louvo tremendamente que nós possamos hoje fazer essa conversa aqui e que a gente a retome no início do ano que vem, Ver.^a Comandante Nádia, porque é muito importante. E eu não falo só em meu nome, também me pediram para saudar aqui o Ver. Aldacir José Oliboni, meu colega de Bancada; e o Ver. Prof. Alex Fraga, da Bancada do PSOL. Nós estamos irmanados nesse espírito que foi criado, que é um espírito de resiliência, de enxergar no outro, no momento mais difícil da sua vida, a perda de alguém, como a municipalidade conseguiu chegar a um patamar bastante aceitável, razoável para essas questões. Portanto leve daqui, Paulo, como servidor público municipal, minha saudação, porque eu tenho dito inúmeras vezes deste plenário de forma muito serena, nos momentos mais difíceis, é o grande momento de enxergar quem está atrás do balcão, quem tem que atender as pessoas. Esse se chama servidor público, no caso servidor público municipal, que tem família, que precisa pagar as contas no final do mês (Palmas.), que precisa pagar o seu IPTU e fazer um esforço, que muitos de nós fazemos, eu sempre faço esforço, para pagar antecipadamente. Tem que ter o desconto, faz bem, mas é importante isso, contribuir com a municipalidade. Portanto, em nome do serviço público de Porto Alegre, por onde já passei, tive oportunidade de trabalhar com V.Sa., para minha alegria, leve para todos os colegas o nosso abraço, o nosso carinho, da mesma forma o Sindicato das Funerárias. Que bom se a gente chegasse em outros serviços de forma tão compartilhada, Ver. Alex e Ver. Oliboni, como nós conseguimos no sistema municipal, no caso das funerárias. Obrigado. Saudações! Bom Natal, bom 2018!

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Dr. Thiago assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Obrigado, Ver. Adeli Sell. Saúdo o Deputado Federal Luis Carlos Heinze. O Ver. Dr. Goulart está com a palavra em Comunicações.

O SR. DR. GOULART: Sr. Paulo Valentim Saldanha Fernandez, nosso intermediário entre o Governo e este serviço, e Sr. Presidente do Sindicato Estadual dos Estabelecimentos Funerários Carlos Graff, é verdade que os governos procuram se preocupar muito com a vida, tem que fazer leis, tem que fazer discussões, tem que fazer oitivas da população para situações de melhora da vida, e às vezes se esquecem do pós-vida, que é a morte. Durante meu trabalho na SMIC tive satisfação de conversar principalmente com meu colega Paulinho sobre a situação da dificuldade do enterro de pessoas muito pobres, pessoas que não tinham nada, nem para comprar uma mortalha para serem enterradas. Então esse tipo de serviço foi muito bem estudado pelo sindicato, pelos meus colegas que estavam na época na SMIC e deixaram para a gente resolver algumas coisas, como por exemplo, existia uma instituição que foi importantíssima no passado que fazia o enterro dessas pessoas mais pobres, mas tinha algumas dificuldades como, por exemplo, os enterros só poderiam ser feitos até meio-dia de sexta-feira, depois, na sexta à tarde, no sábado e no domingo ficava o corpo guardado num ambiente não-refrigerado, ficava numa sala esperando que viesse a segunda-feira para, então, conseguir o enterro no cemitério da Santa Casa, se não esqueço, e no Cemitério lá perto do IAPI. Então, o que acontece? Eu também estava do outro lado da necessidade, ou seja, trabalhando em hospital, trabalhando com câncer. Muitas vezes, nós precisávamos fazer o enterro de uma pessoa que teria falecido dessas doenças, e aí existia uma desorganização entre as funerárias que queriam chegar primeiro, que queriam de alguma maneira ganhar aquele corpo ajudando a família e fazer o enterro. Veio o Sindicato e botou uma normatização nesse processo. Uma normatização tão importante – eu cito aquele envelope que tem um monte de informações - é uma coisa bem bolada – e dali podem as entidades saberem como vão resolver o problema daquelas famílias. E se resolver o problema dessas pessoas que tinham um enterro feito em horário adequado, não ficavam mais as pessoas à espera de um fim de semana inteiro para serem enterradas. E nós conversamos com a entidade que fazia esse trabalho e que não tinha geladeira, que não tinha frigorífico, e conversamos com o Paulinho que nos orientou e a entidade, que não era de Porto Alegre, era de fora de Porto Alegre, então, entregou os seus trabalhos para o Sindicato. E o Sindicato formalizou um trabalho importantíssimo, que hoje é exemplo para todo o Brasil. E nós ficamos felizes em ter participado, nesse momento, facilitando todos os encaminhamentos do Sindicato. Então, o Sindicato, além de passar a fazer os enterros nos fins de semana o Sindicato e o pessoal da nossa querida SMIC, preparavam o defuntinho e ele ficava ali esperando que viessem os familiares para dar um abraço, para trazerem uma mortalhazinha – se não trouxessem a mortalhazinha, tinha uma lá. Estou falando no diminutivo por carinho para essas pessoas que depois da vida precisam de um auxílio. No período em que estive na SMIC, fiquei muito satisfeito de

ver a maneira como trabalha o nosso pessoal da SMIC e como trabalha o pessoal do sindicato. Meus parabéns!

Quero dizer que agora nós estamos trabalhando com o Vila Nova para que as pessoas que morrem em casa tenham um médico que as examine e diga “esta pessoa morreu do coração” ou “esta pessoa morreu de causas naturais”. A família, quando morre uma pessoa, fica esperando, esperando, esperando, até levar para o Instituto Médico Legal, onde se espera mais um monte de tempo para poder fazer a necropsia. Então eu quero dizer para os senhores que nós temos que lutar pela situação de vida, mas também prestigiar esse serviço que manda, durante a madrugada, um médico na casa de quem faleceu, e ele faz um estudo ali e vê se foi violência ou se não foi violência. Se não foi violência, ele mesmo lavra o atestado e resolve um problema de muito, muito tempo, que as pessoas não conseguiam resolver.

Então quero parabenizar esses homens que se preocupam com aquele momento de algum desespero que a gente possa ter, nos orientando sobre como fazer, por que fazer e quanto gastar. Tem gente que não pode gastar muito, tem o enterro de graça; tem gente que pode, tem o enterro padrão; tem gente que quer fazer um enterro mais sofisticado, também tem. Parabéns ao sindicato e parabéns ao nosso funcionário da SMIC, porque nós estamos sempre atentos para resolver os problemas, principalmente dos mais necessitados. Meu beijo para vocês.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Obrigado, Ver. Dr. Goulart. O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra em Comunicações.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, Ver. Dr. Thiago, que é médico e vai saber a respeito do que nós estamos falando, sabe como poucos. Meu caro Presidente da Comissão Municipal de Serviços Funerários, da hoje Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico – antiga SMIC, da qual fui Secretário –, Paulo Valentim Saldanha Fernandez, o nosso Paulinho, *chag sameach*. Faço essa saudação porque, para quem não sabe, aproveito para dizer que hoje a tradição judaica consagra o Dia da Festa das Luzes. É uma festividade muito especial para essa religião monoteísta mais antiga e que celebra, exatamente, a resistência da crença em Deus, um ser superior que nos guia a todos e, desejo eu, que sempre esteja nos abençoando. E o Paulinho faz parte da nossa comunidade, por isso eu o saudei dessa forma. Também quero saudar o Sr. Carlos Graff, Presidente do Sindicato Estadual dos Estabelecimentos Funerários do Rio Grande do Sul.

Sr. Presidente, senhoras e senhores, municipais que nos visitam hoje, estamos aqui para falar de um tema que sempre é doloroso, mas é da vida, faz parte do destino inexorável de cada um de nós que é a morte. Nesse cenário, havia algo muito perverso em Porto Alegre. Quando alguém morria, as funerárias brigavam na porta dos necrotérios dos hospitais para ver quem ficava com o cadáver, quem ficava com o defunto. Nesse momento de dor e de sofrimento das famílias por perder um ente

querido, estava lá o pessoal das funerárias disputando quem vai ficar com ele. Foi necessário que isso fosse organizado. Como agente público, me vem uma coisa que eu defendo como político, porque acho que é papel do Estado, as funerárias são empresas privadas permissionárias. Existem três formas de delegação dos serviços públicos: autorização, permissão e concessão. As funerárias são permissionárias de um serviço público. Portanto, elas têm uma outorga, uma autorização do Município para que explorem o serviço funerário, mas para que recebam essa permissão para explorarem, e em Porto Alegre são 22, elas têm que dar uma contrapartida à Cidade. Como já disse o Ver. Dr. Goulart que nos sucedeu na SMIC, nós temos um dos melhores sistemas de regulação do serviço funerário. Por exemplo, pobre, indigente, não fica sem enterro, não fica desassistido na nossa Cidade. E isso acontece nos cemitérios municipais, como na Santa Casa que tem o espaço para o enterro do pobre, porque, para muita gente, isso passa despercebido, mas ninguém sabe do sofrimento de uma família quando um ente querido morre, e não tem sequer dinheiro para enterrá-lo. Isso é uma questão de dignidade, e o ser humano precisa ter a sua dignidade respeitada, inclusive, depois de morto, em homenagem à sua história, à sua família, a tudo que deixa. E esse sistema garante isso.

E eu tive, Paulinho lembra? E estava aqui o Noé que foi meu servidor na Secretaria de Urbanismo, e o Paulinho trabalhou comigo na Secretaria de Indústria e Comércio, e eu, graças a Deus, trago comigo a melhor experiência das secretarias pelas quais eu passei e da convivência que eu tive com meus servidores. E posso atestar a qualidade da Comissão de Serviços Funerários, e posso dizer, Carlos, que foi no meu período que nós fizemos a renovação das permissões de uso, e da forma tranquila, transparente e da forma correta que levamos adiante esse processo, que se renovaram as permissões por mais dez anos. Então, a cada dez anos, essa licitação pública - como é toda licitação - é renovada, e esse sistema se tiver que ser aperfeiçoado, ele é aperfeiçoado. Mas a certeza, Sr. Presidente, de que Porto Alegre tem hoje um sistema que é exemplo para o Brasil todo, de como se organiza esse processo, de como se administra e se equaliza eventuais diferenças de interesses e o processo de competição em favor da sociedade de um modo geral, em favor daqueles que podem pagar, e em favor daqueles que não podem pagar e que estão hoje também, assistidos e garantidos, a partir desse processo de justiça que a gente estabeleceu lá no serviço funerário municipal. Então, a vocês, da Secretaria do Desenvolvimento Econômico, os cumprimentos pelo trabalho sério que fazem. O Secretário, às vezes, as pessoas não sabem, recebe mensalmente o relatório de quantas pessoas morreram no Município. Ele sabe para quais funerárias que foram, quantos morreram, em quais são os cemitérios que estão, porque esse também é um serviço que o Município controla. E volto a dizer, muito bem feito. E esse serviço não seria bem feito se as nossas funerárias, por sua vez, não prestassem um serviço de excelência. Então, Carlos, leve deste Vereador, que fez esse pedido, para este horário especial, aqui, para que vocês pudessem vir, também o nosso agradecimento por essa sinergia que fazemos e pela qualidade do serviço, que numa hora tão difícil, mas da mesma forma inexorável, vocês prestam. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Parabenizamos, mais uma vez, o Paulo Valentim Saldanha Fernandez e damos por encerrado esse período de Comunicação Temática, cujo tema específico foi o sistema funerário municipal, regulação do serviço funerário, central de atendimento e demais serviços oferecidos em Porto Alegre, sem antes, destacar a atuação que teve nessa matéria, o Diretor do DML, Dr. Luciano Vaz, que, a partir de um convênio e de uma construção, acabou fazendo com que as verificações de óbito passassem a não mais fazer parte do rol de atendimentos do nosso DML, o que fez com que minorasse o drama e o sofrimento de centenas e centenas de famílias. Então, um forte abraço aos nossos médicos legistas, em especial, ao Dr. Luciano Vaz pela construção. Muito obrigado. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h08min.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 15h10min): Estão reabertos os trabalhos.

Esta Presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta. Após retornarmos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 2853/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 313/17, de autoria do Ver. Dr. Thiago, que estabelece que os laboratórios e as clínicas devem fornecer aos seus pacientes laudo laboratorial evolutivo.

PROC. Nº 3159/17 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 026/17, que dispõe sobre valores relativos a gratificação natalina de 2017, e indenização decorrente do descumprimento da obrigação pecuniária.

2ª SESSÃO

PROC. Nº 2762/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 305/17, de autoria do Ver. Felipe Camozzato, que institui política de transparência na cobrança do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU – no Município de Porto Alegre.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. ALDACIR OLIBONI: Saúdo o nosso presidente da Casa, colegas Vereadores, Vereadoras, de modo especial os municipais que, mais uma vez, nos acompanham no dia de hoje.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. ALDACIR OLIBONI: Não há como não expressar publicamente a nossa grande decepção com a atitude do nosso Prefeito Municipal em mudar o acordo feito com um número significativo de Vereadores há mais de um mês, no Salão Nobre da Prefeitura. O Prefeito disse para todos nós, ao contrário do que fez ontem – eu estava lá e sou testemunha viva desse encontro –, que a questão da RDE e RDI ele não iria colocar em votação. Ele iria retirar o projeto e mandar um outro, para não atingir os servidores que, até então, mantinham esse direito. Isso ele disse no dia da reunião com o Simpa e com os Vereadores que lá estavam presentes. Agora ele mudou, de uma hora para outra. Além de ter percebido que, nesta Casa independente, os Vereadores têm a sua opinião, a sua posição por bancada, ele muda a lógica do discurso dele completamente. E não só isso: ele manda outro projeto de lei complicadíssimo, em que nós teríamos que dizer que ele poderia parcelar o salário do servidor público em dez vezes, ou o servidor teria que buscar um empréstimo no Banrisul.

Lamentavelmente, o Governo Municipal não só está perdido, Ver. Robaina, mas ele não sabe, depois de um ano de governo, o que, de fato, ele vai fazer. Ele transfere para nós, aqui na Câmara, um tema que, se nós aprovarmos, ele pode entrar num processo de improbidade administrativa. Queira ou não, com o mesmo fato, autorizado ou não, ele está cometendo improbidade administrativa.

Por outro lado, cidadãos e cidadãs, nós percebemos que, depois de um ano de governo, ou de desgoverno, infelizmente a nossa cidade, Porto Alegre, está abandonada: é assim na saúde, é assim na educação, é assim na segurança, é assim no OP, sem nenhum projeto, sem nenhuma audiência concreta com os conselheiros do OP. Mas, mais do que isso, é, sim, na ideia de poder impulsionar a nossa Cidade para criar oportunidades para enfrentar o desemprego. Nós percebemos que o Governo Marchezan mantém uma rejeição enorme que se equipara hoje aos Governos Temer e Sartori. Como podemos ser os fiéis da balança num momento tão difícil, em que o Prefeito transfere para nós, dizendo que a Câmara é que resolve os problemas, porque ele não teria a prerrogativa de aprovar o IPTU, por exemplo. Mas como nós vamos aprovar o IPTU se ele manda outro projeto de lei – não satisfeito com o que ele perdeu -, para poder taxar todos os cidadãos? E agora, todos, no mínimo, com 25%, com a atualização venal dos imóveis. Infelizmente, Prefeito Marchezan, tu perdeste o rumo da história e, de fato, não tem condição nenhuma de aprovarmos aqui qualquer projeto de sua autoria. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Mauro Pinheiro assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

O SR. ROBERTO ROBAINA: Sr. Presidente e Srs. Vereadores; trabalhadores da cidade de Porto Alegre que estão acompanhando esta Sessão, acho que estamos terminando o ano e, infelizmente, se confirma um quadro muito difícil porque, obviamente, existe uma crise fiscal. Mas existe uma disposição do Governo em fazer com que os trabalhadores e o serviço público paguem por uma crise que não foi feita por eles. E o que eu considero reconfortante é que há uma consciência da categoria municipal de que é preciso se mobilizar, porque o Governo, eu não tenho dúvidas disso, já não é uma novidade, mas quando as coisas se confirmam, evidentemente que aborrece. Eu acho que o Governo Marchezan tem demonstrado que ele tem uma estratégia que é uma estratégia de desmonte do serviço público e derrota dos servidores. Não é uma estratégia só do Marchezan, é verdade. Em nível nacional há uma estratégia da alta burguesia brasileira de desmontar o serviço público; fazer com que a crise fiscal seja paga pelo serviço público é uma estratégia nacional, tanto que o que nós vamos, no plano nacional, é só ataque ao serviço público. Eu conversava com o Bosco: nós temos um País onde seis bilionários detêm a riqueza equivalente a de cem milhões de pessoas. Se nós quiséssemos atacar o problema fiscal no Brasil, nós começaríamos a atacar essa absurda desigualdade de renda. Como não há esse interesse, porque são esses bilionários que mandam nos governos, o que ocorre? Ocorre que a lógica dos grandes capitalistas é ajustar contra os trabalhadores da iniciativa privada – a reforma trabalhista está aí para isso –, e, além de arrochar os trabalhadores da iniciativa privada, eles querem desmontar os serviços públicos e arrochar os servidores públicos para fazerem uma equiparação salarial, para baixo, de toda classe trabalhadora. Então não é só um plano do Marchezan. Mas o Marchezan, que é um reacionário que se apoia, que dá guarda e estimula setores de extrema-direita como é o MBL e não tem diálogo com a Câmara de Vereadores também por isso, quer se apoiar só nos setores de extrema-direita. O Marchezan tem muita consciência de que esse é o seu papel como gerente dos interesses dos grandes capitalistas, e é nessa condição que ele deixou quebrar o que já estava quebrando, como é o DEP; é nessa condição que ele está desmontando o DMAE e quer privatizá-lo; e é nessa condição que ele quer derrotar e quer quebrar uma das colunas vertebrais do funcionalismo público do Rio Grande do Sul, porque nós sabemos que o serviço público do Estado já está mais desmontado, e nós sabemos que o Governo estadual tem, nesse caso, tido mais êxito, e o desmonte do serviço público e da coluna vertebral dos servidores Estaduais, de fato está mais fraca. Eles precisam, portanto, quebrar a coluna vertebral de um dos setores mais importantes da classe trabalhadora do Rio Grande do Sul. Não é a toa que a greve dos municipais foi tão forte, porque o ataque foi muito forte, mas além disso há uma consciência forte dos servidores municipais que estão intactos em termos de conquistas. São essas conquistas que eles querem tirar; tirando-as eles reduzem a força de uma categoria fundamental para

garantir que tenhamos uma classe trabalhadora mais unida para enfrentar os ataques que a grande patronal e os governos que respondem à lógica dessa grande patronal estão levando adiante no Brasil, no Estado do Rio Grande do Sul e infelizmente também em Porto Alegre; por isso não é uma situação fácil. Eu acho que o Governo está... Não tenho a leitura de que eles consigam ganhar e dobrar a Câmara de Vereadores neste ano, mas acho que o Governo Municipal está tentando, está negociando, está tratando de conquistar uma maioria que pode não ter ainda, mas está tratando de conseguir para impor essa derrota. Por isso, apesar de ser uma Sessão com pouco sentido em termos práticos, vocês fizeram muito bem em ter vindo aqui, porque, infelizmente, o Governo Marchezan não dá folga de Natal e de Ano Novo. Infelizmente não tem folga! Acho que neste caso, apesar do cansaço e do desgaste que significou a greve, a categoria municipal vai ter que ficar alerta, de cabeça erguida, unificada, para preparar a luta para o ano que vem, porque vai ser necessário lutar hoje e sempre. Muito obrigado. Parabéns para vocês.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Valter Nagelstein assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Presidente Valter Nagelstein, já eleito Presidente para o ano que vem, sei que a categoria municipal vai contar com o Ver. Valter na liderança desta Casa – nós já contamos e contaremos. (Palmas.) Quero cumprimentar cada um e cada uma dos meus colegas e minhas colegas, dos nossos prezados e queridos servidores e servidoras, em nome da bancada do PT – Ver. Adeli Sell, Ver. Marcelo Sgarbossa, Ver. Aldacir Oliboni –, porque falo em Liderança do Partido dos Trabalhadores. Nós tivemos um ano... E isso traz vocês aqui, de novo, às portas do Natal, porque no ano passado, por ação do Prefeito ainda não assumido, vocês tiveram que se mobilizar e estar nesta Casa. O Prefeito Marchezan já tentou que isso ocorresse no ano passado, que não tivessem acesso ao 13º salário integral, a tranquilidade do final do ano e não conseguiu. Este ano foi um ano marcado pela arrogância, pelo desrespeito, pela incapacidade de gestão, pela irresponsabilidade com a Cidade e pela voracidade da privatização da Cidade que caracterizaram o Prefeito Marchezan. E vocês, do funcionalismo público, foram as principais vítimas, talvez a não mais vulnerável, porque as crianças pequenas das creches comunitárias, Vereadores, não receberam os ranchos, a comida, a alimentação, dinheiro do Governo Federal, do Programa Nacional de Alimentação Escolar, não chegou para as crianças, para as 20 mil crianças de Porto Alegre – isso é criminoso e essas são as mais vulneráveis! Porém, a categoria municipal foi a mais massacrada, a mais humilhada, a mais submetida ao assédio, Ver. Dr. Thiago, a mais desrespeitada na sua condição de profissionais, de pessoas que entregam a sua vida, se dedicam a se formar, a se

fortalecer, a se envolver com o trabalho, a dirigir, a se responsabilizar e manter a continuidade do serviço público. E este ano de arrogância, onde o Prefeito termina o ano com esta pérola, dizendo que as reformas tão necessárias serão feitas pelas elites, não pelos “joãos” e pelas “marias” porque seria uma irresponsabilidade. E diz: “Serão feitas pela elite da mídia, pela elite política e pela elite econômica!” Essa pérola, na verdade, traduz o que é o projeto claro, nítido e destruidor da qualidade de vida do Prefeito Marchezan, que é um projeto que traz irresponsabilidade, porque ele, para privatizar, para tirar o direitos dos funcionários, precisaria convencer essas elites, e ele disse isso, que o problema dele foi que ele não convenceu – ele disse isso há um mês – essas elites de que a Prefeitura de Porto Alegre estava quebrada. E isso não é verdade! Isso é uma mentira que ele tenta tornar realidade, com o parcelamento dos salários, com a sua inoperância na Cidade, com a falta de investimento, mesmo esta Casa tendo aprovado recursos, financiamentos para continuidade das obras, ele não tem capacidade técnica de gestão para colocar serviço a funcionar na cidade de Porto Alegre. Sequer os contratos de serviços do antigo DEP ele conseguiu retomar para funcionar, para gerar emprego, para gerar desenvolvimento e para garantir qualidade de vida. Com a sua combinação de arrogância e irresponsabilidade, o Prefeito conseguiu fazer com que os municipais parassem, e só pararam, no segundo semestre, por 40 dias. E neste momento, eu dizia ontem, em que vocês estão lá recuperando aula, o DMAE, com gráfico, mostrando quantas chamadas, que estavam represadas, estão de forma acelerada, competente e dedicada, antecipando e resolvendo o déficit. Assim o DMLU, a saúde, assim todos os órgão da Prefeitura recuperando o trabalho pelo compromisso que têm pelos dias parados. Quer dizer que se o Prefeito tivesse alguma responsabilidade com esta Cidade, algum respeito por esta Cidade, não faria o que está fazendo neste momento, encaminhando a esta Casa o desarquivamento do PLCE nº 011/17, demonstrando uma falta de respeito a esta instituição, porque nós sabemos que esse arquivamento do Prefeito mandou fazer foi no auge da greve, e foi diante de uma fala clara e majoritária desta Câmara de que aquele projeto destruiria o serviço público e que não poderia passar e que seria derrotado. E ele, mais uma vez, é desrespeitoso com esta Câmara, com a cidadania, com a cidade de Porto Alegre, e com cada um de vocês, reabrindo este debate no final do ano, mostrando que ele não tem dignidade, não tem ética, não tem republicanismo e não tem altivez suficiente para dirigir esta Cidade. Não está à altura da brava cidade de Porto Alegre! Não está à altura dos bravos funcionários e funcionárias municipais! E esta Câmara que esteve à altura assim continuará. Não permitiremos que isso passe! E nós, neste Legislativo, vamos garantir um final de ano digno para vocês e para toda a cidade de Porto Alegre.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado, Ver.^a Sofia Cavedon.

A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Boa tarde a todos e a todas. Falo em nome do PSOL, do meu Líder e amigo, Ver. Prof. Alex Fraga, do Ver. Roberto Robaina, que falou pela oposição e nos representou. Nós estamos vivendo um momento muito grave no Município de Porto Alegre, onde boa parte dos trabalhadores e das trabalhadoras, que gostariam de estar preocupados com as festas de final de ano a que todos temos direito depois de um ano tão sofrido e tão tumultuado como o ano de 2017, e nós não temos ainda nenhuma condição de garantir essa segurança aos trabalhadores, ao contrário. O Ver. Roberto fez uma fala muito pertinente em relação à tentativa burguesa de arrochar os salários dos servidores privados com a reforma trabalhista, e dos servidores públicos federais, criando a ideia dos privilegiados. Todos vocês devem ter se indignado com o Jornal Nacional, na semana passada, com um editorial escandalosamente feito para justificar a votação da reforma da previdência ainda no ano de 2017, em dezembro, colocando que a média dos salários dos servidores federais era de R\$ 17 mil. Eu tenho a convicção de que todo mundo na plateia deve estar se perguntando onde estão seus R\$ 15 mil que estão perdidos por aí, mas que não estão no bolso dos trabalhadores. E mesmo com essa iniciativa escandalosa, o Temer foi obrigado a recuar porque não tem votos, felizmente, para aprovar a reforma da previdência ainda no ano de 2017. Então, a mobilização, a resistência e sobretudo a desconfiança do povo trabalhador com um Governo que é ilegítimo e que não representa nem o voto, que dirá os interesses da população, é fundamental nesse processo.

Da mesma forma, nós estamos vendo em Porto Alegre a tentativa de o Governo Marchezan reconstituir uma maioria a partir de dois movimentos que foram feitos na semana passada, o primeiro deles, uma reunião no domingo com 15 entidades empresariais, dos mais variados ramos de empresas do Município de Porto Alegre, colocando três prioridades: o IPTU, que a Câmara já havia derrotado; a privatização do DMAE; e o arrocho aos servidores públicos.

O IPTU teve dois Vereadores que foram à Justiça e garantiram um mandado de segurança para que não fosse votado esse ano, porque era escandaloso o Governo mandar o projeto de IPTU que já havia sido derrotado, dia 4 de dezembro, para aprovar em dezembro ainda.

O DMAE, eles precisam de 24 votos em dois turnos. Então, é muito pouco provável que eles consigam ou pensem priorizar no ano de 2017, embora o abraço ao meio-dia, amanhã, seja fundamental. Aliás, é a primeira vez na história que o Governo não faz nenhuma comemoração pelo aniversário do DMAE. Mas se não tem Governo, tem trabalhador, vai ter comemoração, ao meio-dia, vai estar todo mundo lá no DMAE para comemorar o aniversário desta importante instituição.

E o terceiro é o projeto do regime. Como vocês sabem, nós todos acompanhamos uma greve heroica, e vocês foram protagonistas, 40 dias de uma greve que foi a maior em extensão, mas também a maior em adesão da categoria municipal. Uma greve que teve a primeira mesa de negociação com o Prefeito, depois de 19 dias, e que não teve negociação alguma, nós estivemos presentes. Quando um conjunto de Vereadores viu que tinha a maioria para derrotar o projeto, ele retirou o Projeto nº 011,

que era o único que podíamos priorizar naquele momento. Agora, no final do ano, nessa tentativa de reconstituição de uma base, seja lá com as associações empresariais e fazendo tentativas sobre bancadas da Câmara de Vereadores, eles querem priorizar o PL nº 011 com uma Mensagem Retificativa que valerá para os que virão a questão do regime.

Eu quero fazer duas considerações nesses trinta segundos. Primeiro, então, valerá para os próximos funcionários públicos de carreira receberem um regime, serem chantageados pelos governos que passarem, usando aquilo que é direito do servidor como elemento de chantagem para que haja adesão aos planos de governo e não o que é melhor para o Município de Porto Alegre? Então, pode que seja, como era antes na ditadura militar, sem nenhuma transparência, sem nenhum critério público, que se desmonte o regime daqui para frente?

Segundo, não vamos comprar gato por lebre. Primeiro, porque eu sei que os municipais defendem o serviço público assim como nós, mas alerto ainda os Vereadores: o projeto que mexe no regime tira os triênios, tira os avanços de 15%, depois de 15 anos, tira o avanço de 25 anos, tira o que foi conquistado na greve em 2015, que foi o não impacto do efeito cascata sobre o salário de todos. É um projeto para retirar salário de quem está agora na carreira do Município e, certamente, dos que virão. Digo mais: houve uma tentativa de um prefeito *playboy*, que nunca trabalhou na vida, durante 40 dias, de ajustar os trabalhadores. Esta Câmara teve posição, porque, graças à luta dos trabalhadores, houve um deslocamento aqui que permitiu um documento assinado por 21 Vereadores. Não é hora de ninguém retirar a sua honestidade intelectual colocada naquele documento e aceitar manobra de quinta categoria de Governo que ataca servidor! Não é hora de aceitar Reunião Conjunta das Comissões e votação aos 45 minutos do segundo tempo! Não é hora de a Câmara manchar a sua história traindo a confiança da categoria e perpetrando um dos piores ataques da história deste Município aos seus municipais! Eu tenho esperança na luta de vocês e na possibilidade de seguir desenvolvendo deslocamentos aqui na Câmara de Vereadores. Segunda-feira todos na Câmara! Quarta-feira todos na Câmara, até a Câmara encerrar os seus trabalhos! Nem um dia sem vir à Câmara de Vereadores! Todos os dias, todos os dias aqui para que não haja golpe aos trabalhadores!

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. DR. THIAGO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, caros municipais que se encontram na tarde de hoje aqui no plenário, eu quero falar um pouco da minha tristeza na tarde de ontem. Infelizmente, mais uma vez, observei que palavras ditas nesta tribuna foram quebradas. Eu fico triste com isso porque não é o correto, não é o que a gente espera de um colega, de um parlamentar. Às vezes não depende só dele, mas então ele não diga nesta tribuna e na imprensa coisas que não tem

autorização e condições de dizer. Falo especificamente do Projeto nº 011. E falo – pena que não está aqui – da manifestação da Liderança do Governo nesta tribuna sobre o Projeto nº 011, cujas notas taquigráficas daquele dia passo a ler. O Vereador disse (Lê.): “Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, queridos municipais que são extremamente importantes e que devem cada vez mais ser valorizados nesta e em todas as gestões; nós temos tido um excelente diálogo...” Faço a minha fala: não é o que a gente tem observado na Cidade. (Lê.): “...e não vejo divisão na Câmara. Apesar de umas falas mais radicais, mais contundentes, os municipais são a causa dos 36 Vereadores. Não tem um Vereador dos 36 que não priorize a questão relacionada a estes projetos de despesa de pessoal e do DMAE.” Segue o Vereador (Lê.): “Tudo o que falei aqui é importante vocês terem conhecimento que vai ao encontro do que vocês estão lutando legitimamente. É isso. Preciso que vocês me permitam ler a nota já que já está desde o dia 24 de outubro com o Simpa e com os Vereadores.” Aí o Vereador passa a ler a nota (Lê.): “Durante a tramitação do projeto, serão organizados grupos de trabalho com a Secretaria da Fazenda, Secretaria do Planejamento e Procuradoria-Geral do Município para discussão dos projetos.” Quando houve estas reuniões? Quem participou destas reuniões?

Segue o Vereador dizendo (Lê.): “O Prefeito, ouvindo a Câmara, ouvindo os municipais, propôs a retirada e retirou os projetos de tramitação, ou seja, a demonstração de diálogo a que o Prefeito está se propondo não pode ser maior.” Quando houve diálogo? Depois da retirada dos projetos, no dia 8 de novembro, quando houve diálogo? Segue o Vereador dizendo (Lê.): “Tenho mais dois minutos e trinta segundos, vou concluir porque, em respeito a vocês, eu acho importante que vocês saibam como está sendo conduzida a relação do Governo com o Simpa, com muito diálogo, muita consideração e muito respeito aos municipais!” Há respeito? (Lê.): “O que foi pedido ali na sala ao lado: comunicação formal do Governo pela retirada do projeto - foi feito ontem aqui na Câmara de Vereadores, que é o local apropriado, uma posição oficial do Governo para retirada do RDE, dos regimes.” E passa a dialogar com os municipais, sindicatos e Vereadores. Houve isso? Segue dizendo...

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Ver. Dr. Thiago, mais um minuto, por gentileza.

O SR. DR. THIAGO: Obrigado. Segue dizendo (Lê.): “... a questão prática é que o Governo quer intensamente dialogar, conforme nota do dia 24 de outubro, e a retirada do projeto ontem”. Quero finalizar dizendo para vocês que nós vamos estar aqui para impedir o uso político dos regimes! (Palmas.) Nós vamos estar aqui defendendo o estado democrático de direito, o contrato que vocês firmaram com a Prefeitura, quando fizeram o concurso, tem que ser respeitado! (Palmas.) E por fim, nós vamos fazer isso, porque isso é o melhor para Porto Alegre. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado.

(Manifestação das galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Por favor, solicito colaboração das nossas galerias. Por favor! Obrigado.

Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Ricardo Gomes. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Dez Vereadores presentes. Não há quórum.

Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 15h49min.)

* * * * *